

## **O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO GT21 DA ANPED (2004-2013)**

Cláudia Valentina Assumpção **Galian** – FEUSP

Verônica Moraes **Ferreira** – FEUSP

### **Resumo**

Este trabalho trata de pesquisa que incide sobre a produção acadêmica apresentada e discutida no GT21 da Anped, com foco no período de 2004 a 2013. São identificados os enfoques assumidos no debate acadêmico desenvolvido no âmbito das Reuniões Anuais dessa Associação, em torno da relação entre a formação inicial de professores e a educação das relações étnico-raciais. A investigação se justifica pela relevância de se identificar em que medida e com quais ênfases as relações étnico-raciais estão sendo focalizadas no debate empreendido na Anped e, mais especialmente, se e como a relação entre a formação inicial de professores e a educação das relações étnico-raciais vem sendo objeto de estudo. As pesquisas apresentadas no período enfatizam os dois pólos da escolarização: a escola básica e a universidade. Entretanto, a importante discussão acerca das mudanças necessárias na formação inicial de professores para que esses profissionais tenham condições de contribuir para as transformações nas relações étnico-raciais na escola, vem sendo insuficientemente focalizada.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Formação inicial de professores; Anped.

## **O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO GT21 DA ANPED (2004-2013)**

### **Introdução**

O presente trabalho pretende identificar as ênfases assumidas no debate acadêmico - desenvolvido no âmbito das Reuniões Nacionais da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped) - em torno da relação entre a formação inicial de professores e a educação das relações étnico-raciais. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa que focaliza os trabalhos e pôsteres apresentados no Grupo de Trabalho

21 (GT21) da Anped: Educação e Relações Étnico-Raciais, no período de 2004 a 2013. Entende-se que a importância dessa análise reside na urgência de se reconhecer se - e em que medida e com quais ênfases -, estão sendo focalizadas as mudanças fomentadas por diferentes iniciativas expressas em textos legais que visam promover a educação das relações étnico-raciais na formação escolar desenvolvida na escola básica brasileira - com especial atenção às adequações necessárias no âmbito da formação inicial de professores. Nesse sentido, é importante reconhecer a necessidade do enfrentamento das questões oriundas da focalização - ou não - das relações étnico-raciais no currículo dos cursos de licenciatura, uma vez que os profissionais procedentes desse curso trabalharão com a realidade multicultural nas escolas de educação básica. Vale lembrar, inclusive, que a inserção dessa temática é uma exigência feita aos cursos de formação inicial de professores, a fim de formar profissionais com condições para implementar a Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes, que versam sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

No final do século XX, a promulgação da Constituição da República de 1988, no mesmo ano em que se celebrou o terceiro centenário da morte de Zumbi e o primeiro centenário da abolição da escravidão no Brasil - eventos históricos importantes e que são expressão das lutas contra a exploração e as desigualdades sociais no nosso país -, representou muitos avanços quanto ao tratamento da questão étnico-racial quando se compara às demais cartas magnas. Assim, já em seus Princípios Fundamentais confere destaque à “dignidade da pessoa humana”, definindo, em seu Artigo 3º, inciso IV, dentre os objetivos fundamentais da nação brasileira, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No mesmo sentido, no Artigo 4º, inciso VIII, como um dos princípios que regem as relações internacionais, afirma o “repúdio ao terrorismo e ao racismo” (BRASIL, 1988). Em relação aos direitos sociais da população, a Constituição de 1988 apresenta, de forma geral, grandes avanços; quanto à população negra, em especial, procura assegurar direitos nas áreas da educação e da cultura, reconhecendo, também, aos remanescentes quilombolas, o direito de propriedade sobre a terra onde residiram seus ancestrais.

Quando a carta magna trata, no Artigo 5º, incisos X e XLII, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, do direito de inviolabilidade da imagem, além de reconhecer que na sociedade brasileira existe discriminação racial, define como crime a prática do racismo (BRASIL, 1988). Quanto à educação, é entendida como um direito

social (Artigo 6º) e é importante ressaltar, também, que essa é a primeira Constituição na qual o Estado brasileiro se expressa de forma positiva quanto às origens diversas dos povos e culturas sobre as quais se fundou a Nação brasileira, como expresso no Artigo 242, § 1º, que define que o ensino da história do Brasil deve levar “em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988).

Com relação às políticas educacionais, no ano de 2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 sofre alterações em seu texto, trazidas pela Lei nº 10.639/03, em seu Artigo 26-A, que determina a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares brasileiros (BRASIL, 2003). Define também os conteúdos programáticos a serem ministrados “no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. E ainda, o Artigo 79-B da referida lei, por sua vez, estabelece a inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

A partir disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) se propôs a traçar regulamentações das alterações oriundas da Lei nº 10.639/03 sobre a LDBEN nº 9.394/96. Dessa forma, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva elaborou um parecer que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Pleno (CP) - o Parecer CNE/CP 3/2004, homologado pelo ministro da educação no período. Sendo assim, o CNE, através da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que integrou o Parecer CNE/CP 3/2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004b).

No sentido de justificar a relevância dessas Diretrizes Curriculares, o Parecer nº 3/2004 indica que a LDB nº 9.394/96, a Lei nº 10.639/2003, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Educação de 2001, além de Constituições Estaduais de alguns estados brasileiros e de Leis ordinárias de alguns municípios,

bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004a).

O Parecer tem como público alvo os agentes que terão diferentes papéis na concepção e no desenvolvimento do currículo nas escolas básicas diante da nova exigência expressa na Lei nº 10.639/2003:

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito à relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004a).

Apresenta-se no Parecer o que se entende como ação esperada por parte do Estado no sentido de reparação de injustiças históricas e no fomento às ações afirmativas, em especial no que se refere ao acesso à educação, ao lado da afirmação de que essas são medidas que “convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais (BRASIL, 2004a, p. 4).

Num texto contundente, o Parecer aponta para a complexidade de se enfrentar o que denomina de “reeducação” das relações étnico-raciais. Também enfatiza o papel da escola nesse processo, ressaltando, porém que ele não pode ser atribuído apenas à essa instituição:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais **não são tarefas exclusivas da escola**. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali (BRASIL, 2004a, p. 5-6. Grifo nosso).

Outro documento importante nessa discussão é intitulado “Indagações sobre o Currículo” (BRASIL, 2007). Nele, Nilma Gomes resume a demanda de muitos grupos

sociais diante do fato de determinados temas ou questões terem sido totalmente silenciados, violentamente simplificados ou, com muita frequência, distorcidos em documentos curriculares brasileiros. A autora constrói sua argumentação, explicitando o significado das lutas empreendidas por esses grupos e movimentos sociais por expressão no processo de formação de identidades, do qual faz parte a escola:

Tais movimentos indagam a sociedade como um todo e, enquanto sujeitos políticos, colocam em xeque a escola uniformizadora que tanto imperou em nosso sistema de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional e na elaboração de leis educacionais e diretrizes curriculares (BRASIL, 2007, p. 25).

E sobre a cultura negra, mais especificamente, Nilma Gomes faz perguntas absolutamente pertinentes para se pensar o papel da escola e do currículo na formação das novas gerações:

Como a escola lida com a cultura negra e com as demandas do Movimento Negro? Garantir uma educação de qualidade para todos significa, também, a nossa inserção na luta anti-racista? Colocamos a discussão sobre a questão racial no currículo no campo da ética ou a entendemos como uma reivindicação dos ditos “diferentes” que só deverá ser feita pelas escolas nas quais o público atendido é de maioria negra? Afinal, alunos brancos e índios precisam saber mais sobre a cultura negra, o racismo, a desigualdade racial? De forma semelhante podemos indagar: e os alunos brancos, negros e quilombolas precisam saber mais sobre os povos indígenas? Como faremos para articular todas essas dimensões? Precisaremos de um currículo específico que atenda a cada diferença? Ou essas discussões podem e devem ser incluídas no currículo de uma maneira geral? (p. 35).

No ano de 2008, a Lei nº 11.645 fez nova alteração no Artigo 26-A da LDBEN nº 9.394/96, incluindo também, e no mesmo sentido, a obrigatoriedade da inserção no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio o estudo da história e da cultura indígena brasileira (BRASIL, 2008).

Em 13 de maio de 2009, foi aprovado o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004b), elaborado mediante a participação da sociedade civil, do movimento negro, de instituições como a

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O plano é o resultado de seis encontros chamados de Diálogos Regionais, que ocorreram no ano de 2008 para implementar a Lei nº 10.639/03, e de várias ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), especialmente a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD), em 2004, e também mediante documentos e textos legais sobre o assunto.

Tal plano apresenta como finalidade principal a institucionalização da implementação da educação das relações étnico-raciais, ampliando a atuação dos diversos atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana revelam o empenho do Estado no sentido de enfrentar, pela educação, o entendimento da diversidade humana nacional sob perspectivas racistas como um problema da sociedade. Isso seria feito mediante uma política curricular, baseada nas dimensões históricas, sociais, antropológicas procedentes da realidade brasileira, procurando combater o racismo e as discriminações que alcançam de forma particular os negros (BRASIL, 2004b).

Diante de todas essas transformações na sociedade, deve-se sem sombra de dúvidas incorporar as mudanças que se fazem necessárias na formação dos professores, pois, de acordo com Fétizon (1984), qualquer que seja o modelo pensado de formação de professores, ele precisa acompanhar em cada sociedade o seu processo particular de mudanças. Para a autora, se desejamos, numa medida qualquer, tornarmo-nos partícipes da mudança, como poderia a universidade ficar alijada desse processo e conseguir ainda assim cumprir “as finalidades que se impôs enquanto instância crítica de reflexão sobre a realidade, a cultura, a sociedade, o momento histórico”? (FÉTIZON, 1984, p. 203).

Podemos concluir, a partir da identificação do longo caminho que se tem a percorrer no sentido da mudança mais ampla na formação disponibilizada por nossas escolas, “na direção da necessidade de uma cultura geral inclusiva para todos”, nas palavras de Gimeno Sacristán (1995), que há muito a ser feito. Porém, esse mesmo autor ressalta a necessidade de agirmos, mesmo diante da dificuldade e da complexidade das mudanças pretendidas para a formação escolar das novas gerações:

A necessidade de uma formulação geral não significa que até que a totalidade do pensamento, das práticas, e das instituições mudem não seja possível nenhuma medida concreta. [...] Diria até que são os problemas de multiculturalismo concreto (marginalização das minorias étnicas, da mulher, etc.) que ajudam a questionar o monolitismo e o etnocentrismo cultural da escola que conhecemos (GIMENO SACRISTÁN, 1995, p. 84).

É nesse sentido que o presente trabalho incide sobre o debate acadêmico em torno da educação das relações étnico-raciais, na busca por identificar como vêm sendo analisadas as mudanças fomentadas pelas diversas iniciativas e medidas legais abordadas anteriormente, com destaque para aquelas que incidem sobre a formação inicial de professores.

### **Metodologia**

A fim de identificar o que vem sendo alvo de discussões no âmbito acadêmico, este trabalho trata de pesquisa que incide sobre a produção acadêmica apresentada e discutida no GT21 da Anped, sobre educação e relações étnico raciais na formação inicial de professores, com foco no período de 2004 a 2013. Assim, foram identificados os Trabalhos e Pôsteres apresentados nas Reuniões Anuais da Anped compreendidas no referido período, no sítio eletrônico da referida Associação<sup>1</sup>. Vale lembrar que essa busca se justifica pela relevância de se identificar em que medida e com quais ênfases as relações étnico-raciais estão sendo focalizadas no debate empreendido no âmbito da Associação - importante instância de reunião e debate de pesquisadores em educação no país - e, mais especialmente, se e como a relação entre a formação inicial de professores e a educação das relações étnico-raciais vem sendo objeto de estudo. Tal identificação e análise é aqui entendida como parte de uma importante ação de mapeamento do debate acadêmico sobre o tema, a partir do que podem ser evidenciadas novas e necessárias entradas de pesquisa.

O tipo de pesquisa desenvolvida se assemelha a um estado da arte, ainda que se reconheça que, para ser assim definida, a amostra deveria incluir muitos outros materiais para efetivamente constituir um panorama do debate acadêmico, tais como artigos, e teses e dissertações. Ainda assim, pela semelhança no tipo de tratamento dos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacionais>>. Acesso em: 13/02/2015.

dados e na análise que dele decorrerão, vale apontar o que afirma Ferreira (2002) sobre as pesquisas do tipo estado da arte:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Uma pesquisa desse tipo frequentemente focaliza os resumos da produção acadêmica - como se fez no caso na investigação ora descrita -, textos que, no esforço por sintetizar a pesquisa, limitam a sua descrição e encaminham com brevidade a análise dos dados. A esse respeito, entretanto, Ferreira (2002) ressalta que:

É possível ler em cada resumo e no conjunto deles outros enunciados, outros resumos, outras vozes, e perceber a presença de certos aspectos significativos do debate sobre determinada área de conhecimento, em um determinado período. A possibilidade de leitura de uma História pelos resumos que sabemos não poder ser considerada a única, tampouco a mais verdadeira e correta, mas aquela proposta pelo pesquisador do “estado da arte”; pode ainda ser resultado da compreensão das marcas deixadas pelos autores/editores em cada resumo e do estabelecimento de relações de cada um deles (resumo) com outros, e também com uma bibliografia que extrapola a da produção de dissertações e teses (p. 270).

Reconhecendo essa possibilidade de proceder a leitura dos resumos como “a possibilidade de uma História”, vale reafirmar o que salienta Ferreira (2002):

um pesquisador jamais terá controle sobre seu objeto de investigação ao tentar delimitar seu corpus para escrever a história de determinada produção. [...] Ele estará, quando muito, escrevendo **uma das possíveis** Histórias, construída a partir da leitura desses resumos (p. 269. Grifo da autora).

O objetivo, portanto, é identificar textos cuja abordagem se localize no cruzamento das temáticas das relações étnico-raciais e educação, produzidos entre os anos de 2004 e 2013, reconhecendo as ênfases conferidas pelos autores na condução de suas pesquisas. Nessa busca, conferiu-se especial atenção para os textos que tenham assumido o objetivo de encaminhar a discussão na relação com a formação inicial de

professores. Em relação a todos os resumos de Trabalhos e Pôsteres foi empreendida a identificação das temáticas abordadas; já na abordagem dos textos diretamente ligados à relação entre formação inicial de professores e relações étnico-raciais, além desse primeiro esforço de identificação e caracterização, foi feita a leitura do texto na íntegra, para maior detalhamento do tipo de análise empreendida pelos autores, o que inclui o detalhamento dos objetivos e das escolhas metodológicas assumidas.

O período definido para o levantamento se justifica por compreender os anos imediatamente seguintes à implementação da Lei nº 10.639/03 e se estender até o momento atual (lembrando que não houve Reunião Anual da Anped em 2014), recorte considerado potencialmente interessante para a identificação das abordagens do tema presentes no campo acadêmico.

Num primeiro momento, será reconhecido o número de trabalhos e pôsteres apresentados no GT21 em cada Reunião Anual, com a categorização por temática focalizada e com destaque para aqueles que se debruçam sobre a relação formação inicial de professores e relações étnico-raciais. Os últimos serão analisados, mais uma vez segundo Ferreira (2002), de forma a “buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos” (p. 265).

## **Resultados**

Inicia-se a apresentação dos resultados pela exposição do número de trabalhos e pôsteres apresentados no GT21 a cada ano focalizado na presente pesquisa, diferenciando-se as temáticas principais de cada estudo. Assim, as Tabelas 1 e 2 trazem esse panorama, do qual destacam-se os elementos a seguir.

**Tabela 1.** Trabalhos apresentados no GT 21 no período de 2009-2013

Temáticas (Trabalhos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Trabalhos/ temática
História da educação	-	3	1	1	2	1	2	4	1	1	16
Processos identitários	4	2	1	-	1	1	1	2	3	2	17
Processos educativos em espaços não-escolares	2	-	-	-	1	2	1	2	2	-	10
Relações étnico-raciais e articulação escola/família/comunidade	-	-	-	-	2	-	-	2	4	2	10
Reflexões teóricas em torno de questões étnico-raciais	-	3	-	1	1	2	-	1	1	-	9
<i>Formação inicial de professores e relações étnico-raciais</i>	-	1	1	1	-	1	-	-	1	1	6
Formação continuada de professores e relações étnico-raciais	-	-	1	-	-	-	-	2	1	-	4
Relações étnico-raciais, práticas e discursos na escola básica	2	5	6	2	3	2	3	6	6	4	39
Expressão da ideologia racista na mídia e na sociedade	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	4
Relação gênero-raça	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3
Questões étnico-raciais no	1	4	-	1	-	-	5	5	3	3	22

ensino superior e impacto de ações afirmativas											
Inserção profissional de negros e indígenas com ensino superior	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	3
Representações sociais e ações afirmativas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Análise de políticas educacionais ou políticas de diversidade	-	2	-	-	-	-	-	3	-	4	9
Total de trabalhos apresentados nas reuniões	9	24	11	6	11	9	13	30	22	18	153

**Tabela 2:** Pôsteres apresentados no GT 21 no período de 2009-2013

Temáticas (Pôsteres)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Pôsteres/temática
História da educação	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Processos identitários	-	1	-	-	1	-	1	1	1	-	5
Processos educativos em espaços não-escolares	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	3
Relações étnico-raciais e articulação escola/comunidade	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	3
<i>Formação inicial de professores e relações étnico raciais</i>	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	3
Formação continuada de	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2

professores e relações étnico raciais											
Reflexões teóricas em torno de questões étnico-raciais	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Relações étnico-raciais, práticas, saberes e discursos na escola básica	1	3	-	1	2	-	3	1	-	2	13
Relação gênero-raça	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Questões étnico-raciais e ações afirmativas no ensino superior	4	2	1	-	1	-	1	1	-	-	10
Inserção profissional de negros com nível médio técnico	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	3
Total de pôsteres apresentados	6	9	3	5	6	-	7	3	3	4	46

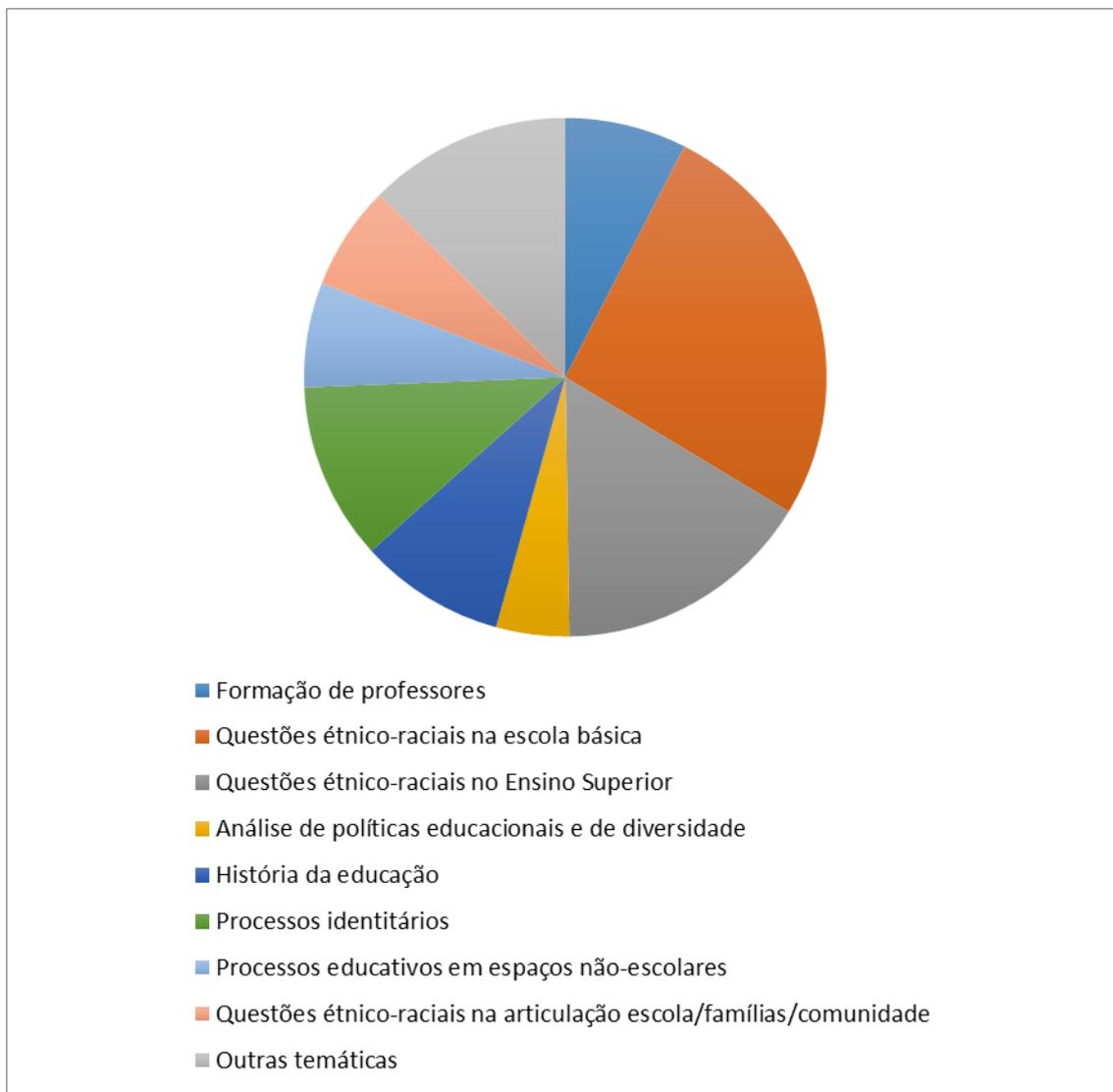
Assim, de um total de 153 trabalhos e 46 pôsteres (199 produções) apresentados no período definido para a presente análise, identifica-se inicialmente um grande número de temáticas abordadas e a prevalência de algumas delas na atenção dos autores. Assim, vale destacar que 52 produções (39 trabalhos e 13 pôsteres) incidiram sobre a expressão de questões étnico-raciais nos discursos e práticas presentes nas escolas de educação básica e que 32 textos se referem às diversas expressões dessas questões no âmbito do ensino superior<sup>2</sup>, com destaque para o impacto de ações afirmativas nesse nível de ensino (22 trabalhos e 10 pôsteres). Outros dois temas que concentraram os esforços dos autores da produção analisada foram o enfrentamento das questões étnico-

<sup>2</sup> Não estão incluídas nessa categoria as questões do ensino superior que se referem especificamente à formação inicial de professores, uma vez que essa é uma categoria sobre a qual o presente trabalho se debruça com especial atenção.

raciais em espaços não-escolares (10 trabalhos e três pôsteres) e o mesmo enfrentamento na articulação entre a escola, as famílias e a comunidade (10 trabalhos e três pôsteres). Também a análise dessas relações sob o prisma da história da educação tem sido alvo de investigações (16 trabalhos e dois pôsteres), bem como aquela que focaliza a constituição de processos identitários individuais e coletivos (17 trabalhos e cinco pôsteres). O debate a partir da análise de políticas educacionais e de diversidade também vem sendo desenvolvido no interior do GT, como permitem supor os nove trabalhos apresentados no período.

Como o presente trabalho tem por objetivo reconhecer também o espaço conferido no GT21 para a discussão sobre a relação entre a formação de professores e as questões étnico-raciais, é importante ressaltar que, do total da produção apresentada na GT21 no período de 2004 a 2013 (153 trabalhos e 46 pôsteres), apenas 15 produções (10 trabalhos e cinco pôsteres) encaminharam discussões acerca dessas relações. As Tabelas 1 e 2 ainda permitem observar que desses 15 textos, nove se referem à formação inicial e seis discutem a formação continuada de professores. O gráfico abaixo permite visualizar a distribuição dessa produção pelas temáticas identificadas na análise:

**Gráfico 1.** Distribuição da produção do GT 21 pelas temáticas identificadas na análise



No que se refere às pesquisas que focalizam a interface entre a formação inicial de professores e a educação das relações étnico-raciais, é bastante evidente o pouco investimento de esforços de pesquisa nessa direção. Do total de nove produções que incidem sobre essa interface (seis trabalhos e três pôsteres, como pode ser identificado nas Tabelas 1 e 2), vale conferir destaque à análise desenvolvida a partir da leitura dos textos na íntegra. É o que apresenta o Quadro 1:

**Quadro 1.** Análise dos textos completos acerca da relação formação inicial/educação das relações étnico-raciais

<b>Trabalhos/ Pôsteres</b>	<b>Cursos focalizados</b>	<b>Objetivo das pesquisas</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b>
2005.A	Licenciaturas em geral	Levantar resultados de pesquisas sobre nas áreas do multiculturalismo, da educação brasileira e da formação de professores	Qualitativa	Análise bibliográfica
2005.a	Licenciatura em Pedagogia, Geografia, História, Matemática, Biologia e Letras	Analisar as formas de inserção das questões de cunho racial nos currículos	Qualitativa	Questionários e entrevistas com docentes dos cursos
2006.A	Licenciaturas em geral	Afirmar a importância das ações de formação inicial e continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais	Qualitativa	Análise bibliográfica
2007.A	Curso de Formação de Professores de Ensino Médio	Identificar os modos pelos quais a questão étnico-racial é abordada no sistema educacional do estado do Pará.	Qualitativa	Pesquisa documental e depoimentos
2009.A	Licenciatura em Química	Identificar as principais dificuldades e/ou facilidades encontradas pelos futuros professores na proposição de atividades para os objetos de aprendizagem, contemplando a temática relacionada à África e à Cultura Africana.	Qualitativa	Análise documental e questionários
2010.a	Licenciaturas em geral	Analisar a produção de teses e dissertações sobre a questão racial e a formação de professores.	Qualitativa	Análise bibliográfica
2012.A	Licenciaturas em geral	Exposição das discussões com licenciandos participantes do PIBID em torno da possibilidade de uma educação étnico-racial nas escolas em que atuam.	Qualitativa	Questionários
2012.a	Licenciatura em Pedagogia	Identificar o tratamento dado à questão étnico-racial no currículo de um curso de Pedagogia.	Qualitativa	Análise documental e entrevistas
2013.A	Licenciatura	Apresentar o trabalho	Qualitativa	Análise de relatos

	Intercultural Indígena	desenvolvido no programa PIBID (relato de experiência).		dos sujeitos
--	---------------------------	---	--	--------------

\* Os Trabalhos foram identificados pelo ano de apresentação seguido de “.LETRA MAIÚSCULA”. Os Pôsteres foram identificados pelo ano de apresentação seguido de “.letra minúscula”.

A análise dessa produção permite reconhecer alguns aspectos: as pesquisas vêm tomando como objeto de estudo as licenciaturas de uma forma geral, sem distinguir a formação de professores para os primeiros segmentos da escola básica (educação infantil e ensino fundamental I) da formação de professores para o segundo segmento do ensino fundamental e para o ensino médio. Desenvolvem análises que se fundamentam no levantamento de produção acadêmica sobre o tema, na análise de currículos de cursos de licenciatura e nas experiências realizadas na formação inicial, enfoque para o qual o desenvolvimento de ações no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) representa um objeto de estudo que vem despertando interesse para os pesquisadores que atuam na interface formação de professores-educação para as relações étnico-raciais.

Sobre o tipo de pesquisa que prevalece na amostra, a pesquisa de cunho qualitativo, desenvolvida por meio dos procedimentos de análise bibliográfica e documental, bem como com a aplicação de questionários e o desenvolvimento de entrevistas com agentes envolvidos na concepção e no desenvolvimento de experiências na formação inicial e na discussão e na organização de currículos, vem sendo a escolha por parte dos pesquisadores para levantar informações sobre a temática em questão.

### **Considerações finais**

Por meio do levantamento realizado, foi possível perceber que, das 199 produções apresentadas, apenas nove contemplaram a discussão da questão étnico-racial na formação inicial docente. Dentre os nove trabalhos que abordam a formação inicial docente e a educação das relações étnico-raciais, dois deles discutiam a formação inicial dos professores que atuarão no primeiro segmento da educação básica, sendo que um desses baseou seu estudo na formação docente em nível médio e o outro, no curso de Pedagogia. Os sete restantes abordavam a formação docente nas licenciaturas em geral em que são formados os professores que atuarão no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Constata-se que, do total de 199 trabalhos e pôsteres apresentados no período de 2004 a 2013, apenas 4,5% dessa produção focalizou a questão étnico-racial na formação inicial de professores. E, ainda, somente 1% do total dessa produção incidiu sobre a formação inicial de professores que atuarão na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Isso expressa que o debate no âmbito do do GT21, de Educação e Relações Étnico-Raciais, tem enfatizado de forma ainda insuficiente a formação inicial necessária para o desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais em todos os segmentos da escolarização, em especial no que se refere aos primeiros segmentos.

Por outro lado é possível observar uma ênfase em trabalhos que tratam da identificação, descrição e reflexão acerca das relações étnico-raciais estabelecidas em práticas e discursos na escola básica, bem como no ensino superior, com especial atenção ao impacto de ações afirmativas sobre essas práticas e discursos na universidade. Ou seja, as pesquisas apresentadas no período analisado parecem ter enfatizado os dois segmentos extremos da escolarização: a escola básica e a universidade. Entretanto, a importante discussão acerca das mudanças necessárias na formação inicial de professores para que esses profissionais tenham condições de contribuir para as transformações nas relações étnico-raciais na escola - e mesmo na identificação e na crítica aos processos de naturalização das desigualdades sociais que permeiam as relações extra-escola -, vem sendo pouco aprofundada.

Em 2001, Antônio Flávio Barbosa Moreira desenvolveu um estudo em que apresentava um levantamento sobre a produção acadêmica relativa a currículo e multiculturalismo no Brasil, no período compreendido entre 1995 a 2000. Já nesse momento, o autor identificou a necessidade de mais atenção por parte dos pesquisadores em educação para o que constitui o cerne do presente trabalho. Nas palavras do autor:

A necessidade de professores bem preparados para enfrentar os desafios provocados pela pluralidade cultural da sociedade e das escolas, [...], é realçada em muitos artigos. No entanto, são pouco numerosos, no conjunto examinado, os estudos que procuram verificar se e como os currículos dos cursos de formação docente evidenciam uma orientação multicultural. Trata-se, penso, de lacuna a ser preenchida (MOREIRA, 2001, p. 70-71).

Mais de uma década após o desenvolvimento do trabalho de Moreira (2001), podemos observar que esse quadro se mantém, sendo preciso avançar com essa

discussão dentro do GT21. Vale destacar que se está sublinhando aqui a necessidade de uma formação inicial de professores que contribua para o enfrentamento do desafio de desestabilizar concepções naturalizadas no que se refere às relações étnico-raciais, por meio de um currículo que afirme e aprofunde a compreensão do caráter de construção social dessas relações. Na busca por essa formação, sem dúvida as pesquisas em educação têm muito a contribuir, se somarem suas contribuições e, principalmente, explorarem de forma mais efetiva o potencial de um espaço como o GT21 para o debate e a proposição de novos enfoques para lidar com o tema.

Como Moreira (2001), a premissa assumida neste texto é de que a escola é uma instituição:

capaz de promover a crítica do existente e o questionamento do que parece inscrito na natureza das coisas; capaz, então, de formar indivíduos não conformistas, rebeldes, transgressores, comprometidos com a luta contra toda e qualquer opressão. [É um] espaço público em que, em meio a práticas, relações sociais e embates, se produzem significados e identidades. Nesse espaço, novos tempos podem ser anunciados (p. 68).

Nesse sentido, um importante fator - não o único, certamente - na busca por empreender a educação das relações étnico-raciais na escola é o professor. Diante de outros fatores não controláveis pelas instituições escolares - tais como tamanho e a estrutura física e material da escola, a quantidade de alunos em classe, a qualidade dos materiais disponibilizados para o uso por professores e alunos, dentre outros -, é essencial que se discuta no âmbito acadêmico o conteúdo e a forma assumidos pelos cursos de formação inicial.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.639*, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Distrito Federal: CNE/CP. 2004a.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana*, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indagações sobre o currículo*. Diversidade e Currículo. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

FERREIRA, Norma S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, Agosto/2002.

FETIZÓN, Beatriz A. de M. Educar professores? Um questionamento dos cursos de licenciatura da Universidade de São Paulo. *Estudos e Documentos*, v. 24, São Paulo: FEUSP, 1984.

GIMENO SACRISTÁN, Jose. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, T. T., MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). *Territórios Contestados*. O currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 82-113.

MOREIRA, Antônio F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, nº 18, set/out/nov/dez 2001.